**TÍTULO:** Desafios da inclusão de autistas nas escolas e sociedade.

**DEFINIÇÃO:** Autista alguém normal ou confinado.

**JUSTIFICATIVA**

Quantas pessoas no Brasil e porque não dizer no mundo, criança, jovem ou adulta estar à margem da sociedade pela falta de integração de um autista juntamente com a sociedade. Sabemos que há poucos autistas estar regulamente matriculado no ensino básico, deixando uma reflexão que vai ao contrario a Constituição Federal no Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Com esse artigo qualquer pessoa tem o direito à igualdade e os autistas não estão excluídos. Precisamos integrar essas pessoas na sociedade, o primeiro passo é colocar essas pessoas na escola, dando a elas uma oportunidade de viver sem discriminação.

E por fim para a sociedade de forma geral ganhará benefícios melhorando a inclusão dos autistas na gestão escolar.

**FORMULAÇÃO DO PROBLEMA**

Segundo Gil (2008, p. 24) “pode-se formular um problema cuja resposta seja importante para subsidiar determinada ação”.

De acordo com análise realizada nos dados do governo referente a alunos autista matriculados na rede básica do ensino.

Desta forma surge a seguinte problemática: **Como incluir pessoas com autismo escola e sociedade?**

**OBJETIVO DO PROJETO**

“O objetivo é um fim a que o trabalho se propõe atingir. A pesquisa cientifica atinge seu objetivo se todas suas faces, por mais difíceis e demoradas que sejam, forem vencidas e o pesquisador puder dar uma resposta ao problema formulado”. Fachin (2002, p.113).

Os objetivos desse projeto serão divididos em geral e específicos:

**OBJETIVO GERAL**

De acordo com Keller (2000, p. 57), “O que pretende o pesquisador no desenvolvimento do assunto, independente da justificativa, do ponto de vista da empresa a análise”.

Para essa dissertação o objetivo geral utilizado será: inclusão de autista na educação e socialização na sociedade sem qualquer discriminação.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

De forma como é apresentada por Roesch (1999, p. 97), “A formulação de um objetivo geral não é o suficiente para dar uma ideia de como o trabalho será desenvolvido. O objetivo geral é formulado de forma genérica o suficiente para abranger vários objetivos específicos”.

Foram elaborados os objetivos específicos:

* **1 INCLUSÃO**
* **1.1 O PAPEL DO PROFESSOR;**
* **1.2 O PAPEL DA SOCIEDADE;**
* **1.3 O PAPEL DO GOVERNO;**
* **2. PROFESSORES QUALIFICADOS;**

**FUNDAMENTAÇÃO**

1. **INCLUSÃO**

Para ajudar os autistas, é fundamental que a família e amigos os tratem normalmente, tentando entendê-los em sua forma de ser e assim tentar ajudá-los, propiciando tratamento em todas as áreas que precisem. O tratamento é basicamente feito de reabilitação: psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, escola, fisioterapia, musicoterapia e etc. "Muitas pessoas relutam em levar a criança ao psiquiatra com medo de associação à loucura. Só com informações maciças essa ideia errônea pode ser modificada", opina Camargos.

Os autistas possuem todas as variações possíveis de inteligência, mas nem todos estão aptos à inclusão escolar, que depende de uma série de condições da escola, de seus profissionais e da capacidade da criança. Alguns são muito inteligentes e se dão bem pedagogicamente em escolas regulares, apesar de não conseguirem se socializar, pois não entendem o mundo humano e social. Outros necessitam de outras escolas, e aqueles cuja inteligência é mais comprometida têm mais possibilidades em escolas especiais.

A manifestação dos comportamentos estereotipados por parte das pessoas portadoras de autismo é um dos aspectos que assume maior relevo no âmbito social, representando um entrave significativo para o estabelecimento de relações entre as mesmas e seu ambiente.

Torna-se provável, portanto, que a exibição dos mesmos traga implicações qualitativas nas trocas interpessoais que ocorrerão na escola porque, como lembra Omote (1996), "as diferenças, especialmente as incomuns, inesperadas e bizarras, sempre atraíram a atenção das pessoas, despertando, por vezes, temor e desconfiança". É o estranho que se torna assustador porque desestabiliza os nossos saberes. Ao tocar no aspecto das práticas inclusivas, é necessário comentar a importância que a formação do professor que atuará nas classes inclusivas tem no sucesso da inclusão.

Até recentemente, somente os professores que possuíam um interesse pela Educação Especial é que se dirigiam para a formação específica e depois, obviamente, faziam escolhas profissionais ou não que envolviam a Educação Especial. Infelizmente, a demanda da inclusão chega às escolas antes da preparação do professor e a solução tem sido a capacitação do profissional em serviço, através dos programas de formação continuada.

Os principais documentos que subsidiam a formulação de políticas públicas de Educação Especial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Salamanca (1994), a Declaração de Guatemala (1991) e a Lei n. 9394 de Diretrizes e Bases da Educação (1996), enfatizam a igualdade e o direito à educação para todo cidadão. No entanto, quando se trata do indivíduo portador de autismo, é importante analisar alguns aspectos relevantes para o entendimento das suas necessidades educacionais.

Embora os valores expressos por tais documentos sejam louváveis, pesquisas mostram que há muito pouca evidência de sucesso nessa proposta para suportar esta definição de inclusão total para alunos com autismo. As mesmas pesquisas apontam que alunos autistas não conseguem obter sucesso quando as condições não são adaptadas as suas características.

Há denúncias graves que relatam que a experiência da inclusão sem as devidas adaptações, paradoxalmente, pode ser a mais excludente das práticas. Alunos autistas não aprendem sem um devido suporte. Eles possuem uma forma própria e se optar-se por uma educação inclusiva, ela precisará antes de tudo respeitar esta identidade da criança e a flexibilidade deverá ser crucial para o sucesso dos programas.

O que é deficiência para uma sociedade, pode não ser para outra , não se quer afirmar com isso que o autismo ‘não existe’, que não é uma deficiência, mas é necessário relativizar as classificações e confrontá-las com a sua audiência, pois é a sociedade que determina a situação de vantagem ou desvantagem do indivíduo.

 Para Lobo (1997) o crescimento da rede pública do ensino regular, ainda que tenha sido insuficiente para absorver toda a população infantil, apenas acelerou o processo de seleção das crianças, pois o objetivo não foi incluir os inadaptados em outros espaços, mas a exclusão definitiva dos mesmos do espaço escolar.

Cutler (2000) destaca que é possível encontrar diferenças de posicionamentos entre escolas particulares e públicas sobre a inclusão dos autistas. Ele apresenta critérios para uma flexibilização das escolas e a operacionalização da inclusão dos autistas:

A escola deve conhecer as características da criança e prover as acomodações físicas e curriculares necessárias; treinar os profissionais continuamente e busca de novas informações; buscar consultores para avaliar precisamente as crianças; preparar programas para atender a diferentes perfis visto que os autistas podem possuir diferentes estilos e potencialidades; ter professores cientes que inclusive a avaliação da aprendizagem deve ser adaptada.

Educadores conscientes que para o autismo, conhecimento e habilidades possuem definições diferentes; analisar o ambiente e evitar situações que tenham impacto sobre os alunos, alterar o ambiente se for possível; a escola deverá prover todo o suporte físico e acadêmico para garantir a aprendizagem dos alunos incluídos; atividade física regular é indispensável para o trabalho motor; a inclusão não pode ser feita sem a presença de um facilitador e a tutoria deve ser individual; um tutor por aluno.

A inclusão não elimina os apoios terapêuticos; necessidade de desenvolver um programa de educação paralelo à inclusão e nas classes inclusivas o aluno deve participar das atividades que ele tenha chance de sucesso, especialmente das atividades socializadoras; a escola deverá demonstrar sensibilidade às necessidades do indivíduo e habilidade para planejar com a família o que deve ser feito ou continuado em casa.

Esses critérios apresentados têm sido úteis nas escolas inglesas que estão investindo na inclusão de crianças autistas. Entretanto, para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem, e isso traz a necessidade de rever os nossos conceitos sobre currículo.

Este não pode se resumir às experiências acadêmicas, mas se ampliar para todas as experiências que favoreçam o desenvolvimento dos alunos normais ou especiais. Sendo assim, as atividades de vida diária podem se constituir em currículo e em alguns casos, talvez sejam ‘os conteúdos’ que serão ensinados.

A questão que podemos e devemos levantar é se a escola representa para a criança especial, um espaço significativo de aprendizagem, e sendo a resposta positiva, podemos então afirmar que desenvolvemos práticas inclusivas.

* 1. **O PAPEL DO PROFESSOR**

No processo de inclusão, a instituição e os professores demandam tanta atenção quanto a criança (CAMARGO; BOSA, 2009). Na inclusão é o sistema educacional e social que deve adaptar-se para receber a criança.

A Educação inclusiva é caracterizada como uma política social que se refere a alunos com necessidades educacionais especiais, tomando-se o conceito mais amplo, que é o da Declaração de Salamanca, UNESCO (2003, p.17-18):

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições, físicas, intelectuais, emocionais, linguística e outras. Devem acolher crianças com deficiência ou bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas.

Para Stainback & Stainback (1999, p.21) “O ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”.

Há a necessidade de orientar os professores, tornando-os capacitados a identificar corretamente as necessidades de seus alunos com autismo. Pesquisas mostram que esses profissionais demonstram certo receio principalmente com relação a agressividade das crianças autistas, o que deixa muito clara a falta de conhecimento sobre o tema, uma vez que a agressividade não é um comportamento necessariamente característico.

Apesar de ainda não existir uma metodologia formal exclusiva para a alfabetização de crianças com transtornos globais do desenvolvimento, muitas delas podem aprender a ler e a escrever. O processo de ensino, porém, leva tempo e o resultado é variável, de acordo com o perfil neuropsicológico da criança (MERCADANTE; ROSÁRIO, 2009).

No estudo de Bosa (2000) sobre a percepção dos professores sobre autismo e a questão da inclusão, foram detectadas noções não reais sobre esses indivíduos e aspectos relacionados aos sentimentos do professor frente à questão da inclusão.

As dificuldades encontradas ao trabalhar com crianças autistas foram: dificuldades de comunicação-interação; agressividade do aluno, estereotipias, rituais, medo, insegurança, dúvidas quanto à prática pedagógica e à identificação de um aluno com autismo; relacionamento com familiares e falta de equipe de apoio e recursos técnicos.

No que se refere às questões educacionais evidenciam-se, nas últimas duas décadas, preocupações quanto à função do professor na promoção do desenvolvimento de habilidades nas crianças com autismo (GOLDENBERG, 2002).

No caso de professores de alunos autistas, o que se percebe é uma tendência a focalizar os comprometimentos da criança em detrimento das habilidades que ela possui ou possa desenvolver. Há uma visão distorcida da síndrome, baseada em crenças pré-concebidas, que influencia as expectativas do professor sobre o desempenho de seus alunos, o que por sua vez, afeta a eficácia de suas ações quanto à promoção de habilidades.

É fundamental para o professor entender o perfil individual do comportamento de cada criança e adotar expectativas realistas sobre seu desenvolvimento.

Crenças e confusões por parte dos professores estendem-se desde a etiologia até as expectativas no processo de aprendizagem.

Para Bosa (2000), grande parte do conhecimento sobre autismo faz-se com base no comprometimento e não sobre as suas potencialidades, criando um espaço propício para o surgimento de ideias rotuladas acerca desses indivíduos.

* 1. **O PAPEL DA SOCIEDADE;**

A defesa de uma sociedade justa e sem discriminação, cada dia mais, tem sido uma colocação central dos discursos pronunciados pelos dirigentes e líderes dos mais variados segmentos de nossa sociedade.

A construção de um tecido teórico sobre a justiça social no mundo, refletindo-se no Brasil, também tem sido objeto dos debates, reflexões, produções intelectuais e populares de hoje, com grande ênfase na qualidade de vida, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, conquista da paz e da felicidade visando um futuro melhor para esta sociedade, historicamente organizada com base na dominação de pequenos grupos e nas desigualdades estabelecidas, onde se localiza, com grande visibilidade, as diferenças nas relações de gênero, apesar dos avanços que vêm sendo observados (INEP, 2005).

Desde a antiguidade até os dias atuais as sociedades demonstravam dificuldades em lidar com as diferenças entre as pessoas e de aceitar as que são portadoras de alguma deficiência, em todas as culturas, etnias, níveis sociais e econômicos, variando a forma de conceber a deficiência e de como lidar com seus portadores ao longo dos séculos.

De acordo com CARVALHO (1998) seguindo a evolução histórica, encontra-se a etapa de extermínio na qual a pessoa portadora de deficiência não tinha direito à vida eram banidas da sociedade com morte, concebidas como castigo dos céus como expiação de pecados de seus ancestrais, ou criaturas possuídas pelo demônio.

 Como o advento do Cristianismo, as pessoas deficientes foram reconhecidas como portadoras de alma, passando a condição de filhos de Deus. O caráter cristão conferiu a sociedade, valores éticos, impondo o dever de amar o próximo. Sob essa visão cristã, acabam sendo acolhidas em instituições religiosas, vistas como doentes, invalidas e incapazes. Esse atendimento caritativo das instituições religiosas é conhecido como etapa do assistencialismo.

O mundo viu chegar o século XX, trazendo todo tipo de crenças, mitos, preconceitos e ainda considerando a pessoa portadora de deficiência um fardo para a sociedade, mesmo levando em conta toda evolução alcançada.

Em relação à educação dispensada a essas pessoas, duas formas de atendimento coexistem de um lado de classes especiais, para casos menos prejudicados e escolas especiais para atender casos considerados de mais gravidade. Posturas discriminatórias persistem e ainda são vistas como objeto de piedade como não produtiva, como não consumidora, não cidadãs.

Entretanto, avanços significativos puderam ser registrados no decorrer do século XX; encontra-se hoje no início do século XXI como a etapa da conquista do direito de ser diferente, de viver e conviver em comunidade. Essa etapa pode ser chamada de etapa da conquista da cidadania (AQUINO, 1998).

 A partir da criação das Sociedades Pestalozzi em 1932, surge no cenário brasileiro o movimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionares (APAES), na cidade do Rio de Janeiro. O resultado desses movimentos foi o aparecimento de instituições especializadas no atendimento ao portador de deficiência mental, autônomas e de caráter filantrópico. As APAES tornaram-se a maior prestadora de serviço na educação e habilitação das pessoas portadoras de deficiência mental em todo o país. Essa Federação estimulou e viabilizou conquistas legais, garantidoras dos direitos de cidadania das pessoas portadoras de deficiência (AQUINO, 1998).

A primeira preocupação com a educação especial, no âmbito da escola pública, teve início em 1956, no centro Educacional Guairá, hoje Escola Estadual Guairá, por iniciativa de uma professora, visando o estudo de crianças com problemas de aprendizagem e de repetência escolar. Em função desses estudos, foi criada naquela instituição, a primeira classe especial de rede pública, intensificando o atendimento especial com a criação em 1961 pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Paraná, o Serviço de Educação de Excepcionais.

A educação dos portadores de deficiência desenvolveu-se em duas vertentes distintas como instituições privadas e programa da rede publicam de ensino. As escolas especiais, que constituem um marco histórico do atendimento educacional aos portadores de deficiência, cresceram vertiginosamente, e são hoje em grande maioria mantidas pelo movimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES, cujo movimento no Paraná foi iniciado na década de 60 com a criação da primeira instituição na cidade de Curitiba, expandindo-se rapidamente para o interior do estado. Foram elas que introduziram e difundiram as metodologias específicas quer no campo da reabilitação, como no da educação escolar. Essas escolas desenvolveram-se dentro de valores de caridade, benemerência, protecionismo e assistencialismo.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a educação especial passa a ser oferecida aos portadores de necessidades educativas especiais na rede regular de ensino, em consonância com as novas tendências mundiais sobre portadores de necessidades educacionais especiais. Essa legislação educacional preconiza a inclusão educativa, determinando que a maioria das crianças passe a ser atendida na escola regular e só excepcionalmente alguma delas permaneceram e prosseguiram a escolarização em escolas ou classes especiais (LDB, 1996).

* 1. **O PAPEL DO GOVERNO**

 Como ressalta Maciel (2000) as pessoas possuem direitos em suas relações umas com as outras, com a coletividade e as instituições.

 Nesse sentido, há que considerar os direitos fundamentais aplicados a essas pessoas, principalmente os de igualdade, liberdade e suas derivações. Outro ponto de discussão importante diz respeito às políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal, voltadas para os indivíduos, que contribuam para o exercício da cidadania.

Como ressalta Maciel (2000) um passo importante para a inclusão social de portadores de deficiência é a instituição de mecanismos fortalecedores desses direitos, tais como destinação de maiores verbas públicas para projetos que atendem esse segmento e participação de entidades de defesa de deficientes e para deficientes nos processos decisórios de todas as áreas diretamente envolvidas no atendimento dessas pessoas. A mídia não pode ser esquecida, pois possui um papel fundamental na promoção de atitudes positivas no sentido da inclusão de portadores de deficiência na sociedade, a prática de marginalização de portadores de deficiência deve ser parte integrante de planos nacionais de educação, que objetivem atingir educação para todos.

A inclusão social traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade.

1. **QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES**

Uma das grandes barreiras para a conquista ao direito de ser cidadão, de ter um trabalho, quando se trata de pessoas com deficiências, está no preconceito em relação à inclusão escolar, social e de trabalho. Essas atitudes devem ser eliminadas através da sensibilização geral da sociedade que possibilite a convivência com a diversidade humana.

 De acordo com Cole (2003) o trabalho é atividade vital para o homem, fazendo emergir a própria humanidade que existe dentro dele, o trabalho define a condição humana e situa a pessoa no complexo de representações sociais, definindo a posição do homem nas relações de produção, nas relações sociais e na sociedade como um todo.

 A quebra de atitudes excludentes em relação aos portadores de deficiência exige a mudança do sistema escolar para um modelo de escola inclusiva que facilite ao portador de deficiência no mundo de trabalho e com isso caminha-se a mudanças onde a exclusão de pessoas com deficiências está se tornando passado, para uma realidade gradual de inclusão onde se habilita para o trabalho em consonância com a realidade de mercado e do potencial da pessoa.

 Segundo MEC (1994) os deficientes têm que vencer inúmeros desafios, qualquer que seja a modalidade adotada na preparação, qualificação e colocação das pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Alguns desafios tem dificultado o processo de acordo com o MEC, como o de natureza estrutural, como alta taxa de desemprego, falta de prioridade social nos programas governamentais, legislação inadequada, falta de recursos humanos especializados.

 De natureza atitudinal, como a atitude dos pais, ignorância dos empresários, atitudes de profissionais que não acreditam nas pessoas com deficiência e as atitudes (desempenho social, ocupacional) das pessoas com deficiência e ainda de natureza curricular, o desafio da preparação e colocação das pessoas com deficiência no mundo do trabalho também é um desafio curricular, pois o currículo não pode ser limitante, deve oferecer situações naturais e reais, caso contrário à inclusão pelo trabalho corre o risco de ficar na utopia e no idealismo.

**REFERENCIAL TEÓRICO**

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:Elaboração de trabalhos na graduação.** 3º. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

AQUINO, J. G. et al. **Disciplina e preconceitos da escola: alternativas teóricas e práticas.** Summus, São Paulo, 1998.

AUTISMO: **Reviewing Ideological, Empirical and Community Considerations,** p. 21.

BOSA, C. & CALLIAS, M. **Autismo: breve revisão de diferentes abordagens.** Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 13, n. 1, p. 167-177, 2000.

BRASIL/MEC, **Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional.** Brasília- DF, 1996.

BRASIL/MEC, **Política nacional de educação especial.** Brasília- DF, 1994.

CAMARGO, Síglia Pimentel Ho (tem um trema aqui)her; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade.** Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 65-74, 2009.

CAMARGOS, Oliveira. Rio de Janeiro. Autismo. Revista Paradoxo, p. 28.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 3.

CARVALHO, R. E. **Temas em educação especial.** Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 1998.

COLE, M., COLE, S. R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

CUTLER, B. Rocca J. **Today’s Criteria Inclusion of student with autism/PPD in Natural de Educação Especial.** SP, p. 19.doutorado. Depto de Psicologia- PUC-Rio, p. 43.

FACHIN, Odília. **Fundamento de Metodologia**. 4º. Ed. São Paulo: Saraiva 2002.

GOLDBERG, Karla. **A percepção do professor acerca do seu trabalho com crianças portadoras de autismo e síndrome de Down: um estudo comparativo.** 57 p. Dissertação (Mestrado) Curso de pós-graduação em Psiclogia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

KLIN, Ami; MERCADANTE, Marcos T. **Autismo e transtornos invasivos do desenvolvimento.** Rev. Bras. Psiquiatria., São Paulo. Disponível 23 de em abril de 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 2002.

LOBO, L.F. **Os Infames da História: A Instituição das deficiências no Brasil**. 1997.

MACIEL (2000), **Educação inclusiva.** São Paulo: Revista Mensagem.

OMOTE, S. **Deficiência e Não-Deficiência: Recortes do Mesmo Tecido**, in Revista Brasileira.